



MUNICÍPIO DA FIGUEIRA DA FOZ

EDITAL

João Albino Rainho Ataíde das Neves, Presidente da Câmara Municipal da Figueira da Foz, faz público, nos termos do artigo 91.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, na sua versão atualizada, que foi aprovado o **Regulamento de Utilização da Casa do Paço**, por deliberação da Assembleia Municipal tomada em sessão ordinária de 13 de Setembro e da Câmara Municipal tomada em reunião ordinária de 27 de Agosto do corrente ano, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 53.º da referida Lei, sendo que, o regulamento se encontra disponível na página eletrónica do município em www.figueiradigital.pt.

Mais se torna público que o Regulamento de Utilização da Casa do Paço entrará em vigor no dia útil seguinte à sua publicação nos termos legalmente exigidos.

Para constar e devidos efeitos se lavrou e se publica o presente edital no Diário da República, II.ª série, num jornal local e num jornal regional e outros de igual teor vão ser afixados nos locais do costume.

Figueira da Foz, 24 de setembro de 2013.

O Presidente da Câmara Municipal

- João Ataíde -

REGULAMENTO DE UTILIZAÇÃO DA CASA DO PAÇO



CASA DO PAÇO
FIGUEIRA DA FOZ

Preâmbulo

A Casa do Paço da Figueira da Foz é talvez o monumento local que maior curiosidade desperta a turistas, estudiosos locais e investigadores internacionais. Erguida em finais do séc. XVII, por D. João de Melo, Bispo de Elvas, Viseu e Coimbra, são os azulejos holandeses que revestem algumas das suas dependências que ganham particular significado e merecem especial atenção.

Trata-se de um conjunto de 6.699 azulejos *Delft*, de figura avulsa, que terão sido executados entre finais do século XVII e inícios do século seguinte, e cujos temas decorativos estão classificados em três grandes grupos: Paisagens, Cavaleiros e Cenas Bíblicas do Antigo e do Novo Testamento.

Desconhecendo-se a origem de tão invulgar património, mas que segundo a tradição se deve ao resgate da carga de navio holandês, naufragado cerca de 1706, certo é que todos os azulejos deste tipo existentes em Portugal, se encontram relacionados com os azulejos da Casa do Paço, constituindo estes o maior acervo de azulejaria holandesa existente no país e um dos maiores do Mundo.

A Casa do Paço está classificada desde 1967 como *Imóvel de Interesse Público* e integra desde 2005 o património municipal do concelho da Figueira da Foz.

Prosseguindo fins culturais, educativos e turísticos, deverá dispor de recursos capazes de assegurar o desenvolvimento pleno das suas funções e explorar potencialidades que lhe possam garantir utilidade, visibilidade e sustentabilidade.

Capítulo I – Condições Gerais de Utilização e Cedência

Artigo 1.º

Lei habilitante e âmbito de aplicação

1- O presente Regulamento é elaborado ao abrigo e nos termos da Lei nº 53-E/2006, de 29 de Dezembro, e visa estabelecer as condições gerais de utilização e cedência das instalações da Casa do Paço, sitas no Largo Prof. Vítor Guerra, nº 4, na Figueira da Foz, pretendendo ser um instrumento normativo e de planeamento da estrutura, organização, funcionamento e estratégia da Casa do Paço e da afirmação desta como instituição aberta a toda a sociedade.

2 – A Casa do Paço está sob a tutela do Presidente da Câmara Municipal da Figueira da Foz, dependendo da sua prévia autorização, qualquer utilização ou cedência de espaços.

3 – As instalações da Casa do Paço poderão acolher diferentes tipos de eventos, tais como atos oficiais, exposições temporárias, espetáculos, concertos, jantares de gala, cocktails, reuniões, congressos, conferências, seminários, ações de formação, marketing e relações públicas, ou outros eventos consentâneos com as características e condições do edifício, promovidos pela autarquia, ou por pessoas singulares ou coletivas, entidades públicas ou privadas, desde que adequados às instalações e compatíveis com a utilização de bem público.

4 – A Casa do Paço pode ainda ser cedida para a realização de filmagens documentais ou de ficção, em termos a acordar com os respetivos produtores.

5 - A cedência da Casa do Paço está condicionada aos objetivos da Câmara Municipal e à observância das regras de boa conservação dos equipamentos e espaços municipais e do respeito pelas normas públicas e de civismo.

Artigo 2.º

Natureza dos espaços

1 - As instalações da Casa do Paço contemplam os seguintes espaços: o Salão Nobre, com a capacidade de 150 lugares sentados, seis salas de exposição, quatro delas revestidas a azulejos holandeses *Delft*, uma sala de reuniões e uma área exterior de jardim.

2 – As instalações destinam-se prioritariamente à realização de atividades promovidas pela Câmara Municipal da Figueira da Foz, podendo também acolher a organização de iniciativas de caráter científico, pedagógico, cultural e outras, de natureza diversa, promovidas por entidades públicas ou privadas, com ou sem fins lucrativos.

3 - Os espaços referidos poderão ser adaptados a diversas configurações, em função dos fins a que se destinam, podendo ainda a área de jardim ser utilizada em eventos que compreendam ou requeiram atividades exteriores.

Artigo 3.º ***Objetivos***

1 – Assegurar visitas guiadas e estabelecer um programa diversificado de exposições temporárias, tendo em vista objetivos lúdicos, culturais e educativos, bem como a diversificação de públicos e eventos.

2 - Preservar e valorizar o património azulejar, potenciando o seu conhecimento e contribuindo para a criação de um núcleo especializado no tema.

3 - Estabelecer contactos, parcerias e protocolos de cooperação com particulares, instituições públicas ou privadas, de natureza académica, científica ou cultural, que prossigam fins idênticos ou dispostos a colaborar através de ações de formação e voluntariado.

4 - Dinamizar a comunicação com o público, assegurando a ampla divulgação do seu património e das suas iniciativas, garantindo o acesso de todos às suas instalações.

Artigo 4.º ***Regime de Acesso Público***

1 – O regime normal de acesso e visita à Casa do Paço está sujeito às seguintes taxas de ingresso:

- a) Adultos (entre os 25 e os 65 anos) – 2,45€
- b) Jovens (até aos 25 anos) e Seniores (mais de 65 anos) – 1,20€
- c) Crianças (até aos 12 anos) e Estudantes – Gratuito
- d) Bilhete Família (mínimo de 3 pessoas) – 7,00€

- e) Visita guiada de grupo (entre 16 a 30 pessoas) – 30,00€
- f) Visita guiada de grupo de estudantes (entre 16 a 30 pessoas) – 5,00€

2 - O acesso dos visitantes só poderá efetuar-se até 30 minutos antes da hora fixada para o encerramento das instalações.

3 – No interior da Casa do Paço é proibido fumar e não é permitida a entrada de animais (exceto cães-guia).

4 – As visitas guiadas a grupos superiores a 15 pessoas estão sujeitas a marcação prévia, através dos contactos oficiais da Casa do Paço.

5 – O acesso público é restringido nas datas em que ocorram eventos promovidos ou autorizados pelo Município, assim como poderá ser condicionado nas datas imediatamente anteriores ou posteriores aos eventos, para montagem e desmontagem de equipamentos e mobiliário.

Artigo 5.º ***Cedência das instalações***

1 – A cedência de instalações da Casa do Paço carece de prévia autorização do Presidente da Câmara Municipal, a quem os pedidos deverão ser dirigidos, através de e-mail ou via CTT, com a antecedência mínima de 30 dias em relação à data prevista do evento.

2 - Do pedido deverão constar, obrigatoriamente, a identificação da entidade requerente, a natureza do evento, a data, o horário e os espaços pretendidos, o número de participantes, e ainda a indicação de equipamentos, meios e esquemas técnicos que se pretendam afetar à utilização, assim como o período necessário a montagens e desmontagens.

3 - A Câmara Municipal reserva para si o direito de prioridade sobre a marcação de utilização da Casa do Paço, para a realização de atividades próprias ou por si apoiado.

4 - A cedência das instalações implica a aceitação, por escrito, dos termos e condições constantes do presente regulamento e pressupõe o pagamento de preço, nos termos do artigo 7º.

5 - Sempre que o interesse cultural ou científico do evento o justifique, a Câmara Municipal pode acordar com a entidade requerente a redução ou a isenção do montante do preço previsto no presente regulamento.

6 - A utilização das instalações implica o cumprimento das normas previstas no presente regulamento e pressupõe a observância das regras gerais de conduta moral e cívica.

7 - A cedência de instalações não poderá comprometer o acervo da Casa do Paço, nem a segurança geral de bens e equipamentos, ou a dignidade do edifício.

8 - A utilização dos espaços, designadamente para montagens, desmontagens, e preparação e decoração das salas não poderá afetar o normal período de abertura ao público da Casa do Paço, excetuando-se os casos devidamente autorizados pela tutela do edifício.

9 - As instalações da Casa do Paço não poderão ser requisitadas para realizações do culto religioso ou outras, em particular de natureza político-partidária.

10 - Nos espaços cedidos só poderão ser afixados cartazes ou posters quando for utilizado material adesivo que não danifique a tinta e o reboco das paredes, ou os azulejos que as revestem.

11 – Exclui-se da cedência para eventos, designadamente em jantares de gala e cocktails, o mobiliário existente nas instalações, salvo para a realização de congressos, encontros, reuniões ou seminários, que englobem a utilização das cadeiras do Salão Nobre.

Artigo 6.º **Responsabilidades**

1 - Compete à Câmara Municipal / Casa do Paço enquanto entidade acolhedora:

- a) Assegurar a limpeza diária dos espaços cedidos e o fornecimento de água e energia elétrica;
- b) Assegurar a abertura e o fecho da Casa do Paço à entidade promotora do evento.
- c) Garantir as necessárias condições de segurança e vigilância durante o período de cedência das instalações.

2 - Compete à entidade a quem são cedidas as instalações:

- a) A correta utilização de todos os espaços, instalações, equipamentos e materiais colocados à sua disposição, podendo vir a ser diretamente responsabilizada por danos causados.
- b) A responsabilidade por qualquer dano, furto de bem ou equipamento, ocorrido nas instalações durante o período de cedência.
- c) A responsabilidade por qualquer infração à legislação em vigor, sobre a realização de espetáculos ou eventos públicos.
- d) O pagamento de todas as verbas relativas a Direitos de Autor ou outros fixados na Lei e referentes à realização e produção de eventos.
- e) O pagamento de outras despesas relacionadas com seguros e autorizações indispensáveis, transportes, montagens e desmontagens de equipamentos e materiais necessários à respetiva cedência.
- f) A responsabilidade sobre o valor de objetos e documentos expostos, para os quais a entidade utilizadora deverá efetuar seguro, sempre que o respetivo valor assim o justifique.

Artigo 7.º ***Valor a pagar pela cedência***

1 - A cedência das instalações da Casa do Paço está sujeita ao pagamento de um preço, de acordo com o previsto na tabela anexa (**Anexo I**).

2 – No caso da cedência das instalações da Casa do Paço para a produção de filmes com fins lucrativos, pode a Câmara Municipal estabelecer um acordo no sentido de converter parte ou a totalidade do valor a pagar em patrocínio do Município, a constar de forma bem evidenciada e facilmente perceptível, não só no próprio filme, como também nas diversas formas de o promover, nos meios utilizados, etc.

3 – A cedência das instalações da Casa do Paço para iniciativas culturais, assim como a utilização das instalações para a realização de documentários ou produções de natureza semelhante, sem carácter lucrativo, estão sujeitas ao pagamento de taxas, conforme previsto na tabela anexa (**Anexo II**).

4 – Aos preços e taxas indicados, relativos à Casa do Paço, acresce o IVA à taxa legal em vigor.

5 – Nos custos de utilização da Casa do Paço não estão incluídos serviços técnicos de som, luz e projeção vídeo, a providenciar pela entidade utilizadora ou pela Câmara Municipal, consoante o que ficar acordado entre as partes.

6 – Nos preços e taxas indicados está incluído um determinado “stock” de horas para montagens e desmontagens, a utilizar na véspera e no dia subsequente ao evento, e a estabelecer no contrato de cedência.

Artigo 8.º **Pagamentos**

1- No prazo de 5 dias após a confirmação e aceitação da cedência, deve o cessionário proceder ao pagamento de um valor correspondente a 25% do respetivo preço total calculado.

2- O restante valor deve ser pago até cinco dias úteis antes da data do evento, ou do início deste, no caso de se prolongar por mais de um dia.

3 – Em caso de desistência do cessionário, o montante já pago e mencionado no número 1 do presente artigo, não será objeto de reembolso.

4 – É da responsabilidade do cessionário o pagamento de todas as verbas relativas a serviços adicionais, direitos de autor e outras taxas fixadas por lei.

5 – Ultrapassado o período de utilização previsto no contrato de cedência, a entidade concessionária obriga-se a pagar o valor/hora ou fração a mais, nos termos da respetiva tabela.

6- Sempre que o período de utilização extra vá para além de 1 hora do dia seguinte, acresce uma sobretaxa de 15% sobre o preço/hora.

7 - Os valores a que se referem os números 5 e 6, serão pagos no prazo de 10 dias seguidos, a contar da notificação efetuada para o efeito, com a indicação dos valores acrescidos.

Artigo 9.º
Venda de publicações e artigos de merchandising

- 1** – A Casa do Paço poderá assegurar a venda de publicações e artigos de merchandising, que promovam os seus serviços, ou outros dependentes da Câmara Municipal da Figueira da Foz, constituindo o produto resultante das vendas fonte de receita do Município.
- 2** – As publicações e artigos de merchandising referidos no número anterior só poderão ser vendidos após aprovação dos respetivos preços pela Câmara Municipal da Figueira da Foz.
- 3** – Poderá igualmente ser assegurada a venda de publicações e artigos de merchandising da autoria e responsabilidade de promotores/autores de exposições temporárias ou outros eventos em exibição no local, revertendo o produto da venda a favor dos referidos promotores /autores.

Capítulo II – Apoios, parcerias e voluntariado

Artigo 10.º
Associativismo e voluntariado

- 1** - A colaboração do voluntariado pode ser integrada no âmbito de estudos, programação cultural, projetos e outras formas de intervenção propostas para a Casa do Paço.
- 2** - Através do voluntariado pretende-se a participação da sociedade civil em ações de salvaguarda do património e desenvolvimento de atividades culturais, proporcionando-se os benefícios da formação e do desenvolvimento de competências profissionais e comunicacionais.
- 3** - Os voluntários da Casa Paço poderão desempenhar funções no acolhimento ao público e em visitas guiadas, no prolongamento de horários, na organização de inventários e investigação documental e na assistência a exposições temporárias.
- 4** - Nos termos da legislação de incentivo à constituição de associações de amigos de instituições com fins culturais, que envolvam a comunidade e os públicos, poderá ser equacionada a criação da *Associação de Amigos da Casa do Paço*, que entre outras missões, poderá constituir um veículo de divulgação e participação do voluntariado e mecenato culturais naquele espaço público.

Artigo 11.º
Parcerias e mecenato cultural

Na perspectiva da divulgação, preservação, sustentabilidade e valorização da Casa do Paço, poderão ser criadas formas de interação, designadamente através:

- 1** - Intercâmbio de informação e colaboração técnica, mediante a implementação de programas de estágio e projetos de investigação, com instituições de ensino superior e centros de investigação.
- 2** - Constituição de parcerias, designadamente com instituições públicas ou privadas, e estabelecimentos de ensino que ministrem cursos de formação nas áreas da conservação e do restauro de bens culturais e bem assim de outras áreas disciplinares relacionadas com as valências e coleções da Casa do Paço.
- 3** - Apoio de Mecenaz, ou seja, de pessoas singulares ou coletivas que, através da concessão de donativos, colaborem com a Casa do Paço no desenvolvimento de atividades culturais de qualidade e de relevante interesse para a sociedade, beneficiando dos incentivos fiscais previstos na Lei e no Estatuto do Mecenato.

Capítulo III – Disposições Finais

Artigo 12º
Casos omissos

Os casos omissos no presente regulamento serão resolvidos por despacho fundamentado do Presidente da Câmara Municipal da Figueira da Foz.

Artigo 13º
Revisão

O presente regulamento é válido pelo período de dois anos, devendo as alterações ser ratificadas pelos órgãos competentes.

Artigo 14º

Entrada em vigor

O presente regulamento entra em vigor no dia útil imediatamente após a sua publicação nos termos legalmente exigidos.



Município da Figueira da Foz
Casa do Paço – Cedência de instalações e visitas

Anexo I

Designação da Taxa	Preço	Observações
Festa de fim-de-ano / Carnaval		
Por hora ou fração (mínimo 12 horas)	120,00 €	O valor inclui o período de montagem e desmontagem (16 horas) a distribuir pela véspera e dia subsequente e o direito de ocupar / utilizar o jardim
Por hora ou fração adicional	75,10 €	
Festas / Bailes temáticos / Banquetes		
Por hora ou fração (mínimo 12 horas) – Particular	120,00 €	O valor inclui o período de montagem e desmontagem (16 horas) a distribuir pela véspera e dia subsequente e o direito de ocupar / utilizar o jardim
Por hora ou fração adicional – Particular	75,10 €	
Por hora ou fração (mínimo 12 horas) – Empresa	130,00 €	
Por hora ou fração adicional – Empresa	80,00 €	
Casamentos / Batizados		
Por hora ou fração (mínimo 12 horas) – Particular	120,00 €	O valor inclui o período de montagem e desmontagem (16 horas) a distribuir pela véspera e dia subsequente e o direito de ocupar / utilizar o jardim
Por hora ou fração adicional – Particular	75,10 €	
Por hora ou fração (mínimo 12 horas) – Empresa	130,00 €	
Por hora ou fração adicional – Empresa	80,00 €	
Reuniões / Ações de formação		
Por hora ou fração (mínimo 4 horas) – Particular	151,00 €	O valor inclui o período de montagem e desmontagem (6 horas) a distribuir pela véspera e dia subsequente e o direito de ocupar / utilizar o jardim
Por hora ou fração adicional – Particular	75,10 €	
Por hora ou fração (mínimo 4 horas) – Empresa	160,00 €	
Por hora ou fração adicional – Empresa	80,00 €	
Por hora ou fração (mínimo 4 horas) – Entidade Pública ou Entidade Associativa	151,00 €	
Por hora ou fração adicional – Entidade Pública ou Entidade Associativa	75,10 €	
Para registo matrimonial		
Por hora ou fração (mínimo 4 horas)	117,20 €	O valor inclui o direito de utilizar o jardim pelo mesmo período
Por hora ou fração adicional	75,10 €	
Para filmagens		
Por dia ou fração – 1º dia (0 - 24 horas) – Produção com carácter lucrativo	2.316,10 €	O valor inclui o período de montagem e desmontagem (16 horas) a distribuir pela véspera e dia subsequente e o direito de ocupar / utilizar o jardim
Por dia ou fração - por cada dia seguinte (0-24 horas) – Produção com carácter lucrativo	1.802,46 €	



Município da Figueira da Foz
Casa do Paço – Cedência de instalações e visitas

Anexo II

Designação da Taxa	Preço
Iniciativas culturais	
Por hora ou fração (mínimo 4 horas) – Particular	75,00 €
Por hora ou fração adicional – Particular	38,00 €
Por hora ou fração (mínimo 4 horas) – Empresa	106,00 €
Por hora ou fração adicional – Empresa	53,00 €
Por hora ou fração (mínimo 4 horas) – Entidade Pública ou Entidade Associativa	46,00 €
Por hora ou fração adicional – Entidade Pública ou Entidade Associativa	23,00 €
Para filmagens	
Por dia ou fração – 1º dia (0 - 24 horas) – Documentário ou divulgação	1.158,00 €
Por dia ou fração - por cada dia seguinte (0-24 horas) – Documentário ou divulgação	361,00 €
Visitas	
- Adultos (entre os 25 anos e os 65 anos)	2,45€
- Jovens (até aos 25 anos) e Seniores (com mais de 65 anos)	1,20€
- Crianças (até 12 anos)	Grátis
- Bilhete família (mínimo 3 pessoas)	7,00€
- Visitas de grupos de estudantes (entre 16 a 30 pessoas) – por grupo	5,00€
- Visitas de grupo organizados (entre 16 a 30 pessoas) – por grupo	30,00€